

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

Disciplina: LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA TRIBUTÁRIA

Período: 10º Período **Turmas:** Diurno e Noturno **Carga Horária:** 36H/a

EMENTA

Defesas administrativas interpostas perante os Órgãos Administrativos de Julgamento. Estudo de procedimentos e julgamentos administrativos. Análise de petições interpostas por contribuintes. Estudo das principais infrações praticadas pelos contribuintes quando da elaboração de sua escrita fisco-contábil. Verificação de falhas, vícios formais e erros do lançamento tributário e suas consequências para o processo. Requisitos da CDA e da Execução Fiscal. Pesquisa via internet de julgamentos de conselhos administrativo-fiscais e de tribunais judiciais envolvendo questões tributárias. Pesquisa via plataformas disponibilizadas de artigos mais recentes sobre teses jurídicas relacionadas aos casos práticos experimentados. Elaboração de peças nos âmbitos administrativo e judicial.

OBJETIVO GERAL

É objetivo da disciplina demonstrar ao aluno a aplicabilidade prática dos conhecimentos teóricos apreendidos, familiarizando-o com as principais questões que envolvem a relação fisco x contribuinte. Por um lado, o embasamento teórico permitiu a formação da consciência de que o tributo é necessário para financiar o Estado e a vida em sociedade; por outro lado, aqueles conhecimentos associados à prática processual destinam-se a demonstrar: as armas à disposição dos contribuintes na defesa do seu patrimônio, contra a atuação as vezes desproporcionada e ilegal do fisco; como a fazenda pública – por outra banda, deve atuar legalmente, administrativa e judicialmente, para evitar a evasão fiscal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar aos alunos o conhecimento do processo tributário, administrativo e judicial, a partir da elaboração dos instrumentos a serem manejados tanto na defesa dos contribuintes, compreendendo, desde impugnações e recursos administrativos (nos âmbitos municipal, estadual e federal), bem como as ações e recursos junto a justiça estadual e federal, incluindo os tribunais superiores; quanto no conhecimento prático das ações administrativas (fiscalização, lançamentos, autos de infração, etc.) e judiciais (petições de execução fiscal, etc.) em prol da arrecadação fiscal por parte do Estado. Participação do aluno em “ambiente de aprendizagem” permitindo simulação de atos processuais no PJe no TJPE, conforme serviço disponibilizado em seu sítio.

METODOLOGIA

Por tratar-se de disciplina com caráter prático, a metodologia mais apropriada está referida a elaboração de peças, enfim, o aprender fazendo. Evidente que será indispensável o recurso à

bibliografia de fundamentação teórica e principalmente à jurisprudência administrativa e judicial. O estudo de caso também será de grande valia para o ensino/aprendizagem. As visitas técnicas do corpo discente às secretarias de fazenda no âmbito municipal, estadual e federal, bem como às procuradorias de tais entes, e o acesso prático ao sistema de fiscalização e cobrança, devidamente acompanhado pelo corpo docente, permitirá o conhecimento real de como o crédito é constituído e arrecadado.

AValiação

Obtenção pelo aluno de pontuação com base na análise por parte do professor da qualidade das peças e dos relatórios de visitas técnicas e outras atividades a serem produzidas por aquele segundo os critérios doutrinários e legais transmitidos em sala.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Análise de defesa administrativa interposta perante órgão administrativo de julgamento (Impugnação ao Lançamento em Auto de Infração em caso de ICMS) e respectivo estudo de Julgamento Administrativo;
2. Estudo das principais infrações praticadas pelos contribuintes quando da elaboração de sua escrita fisco-contábil no âmbito do Imposto de Renda e do ISS;
3. Verificação de vícios formais e materiais do lançamento de ofício e do auto de infração e suas consequências para o processo de execução fiscal.
4. Requisitos: da quebra de sigilo bancário pela Fazenda, da CDA e da Execução Fiscal.
5. Pesquisa via internet de julgamentos de tribunais envolvendo questões tributárias.
6. Pesquisa via plataformas disponibilizadas de teses jurídicas em prol do contribuinte.
7. Visita técnica às secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal, bem como às procuradorias, em grupos por dias distintos;
8. Simulação de atos processuais no PJe em ambiente de aprendizagem disponibilizado pelo sítio do TJPE;
9. Da ação judicial de Declaração de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária: requisitos legais e aplicabilidade.
10. Da ação judicial de Anulação de Débito Tributário: requisitos legais e aplicabilidade.
11. Da ação judicial de Mandado de Segurança Tributário: requisitos legais e aplicabilidade.
12. Da ação judicial de Restituição de Indébito Tributário: requisitos legais e aplicabilidade.
13. Da ação judicial de Consignação em Pagamento de Tributo: requisitos legais e aplicabilidade.
14. Do procedimento administrativo e judicial de Depósito: requisitos legais e aplicabilidade.
15. Da ação judicial de Execução Fiscal: requisitos legais e aplicabilidade.
16. Da ação judicial de Embargos à Execução Fiscal: requisitos legais e aplicabilidade.
17. Do recurso de Apelação: requisitos legais e aplicabilidade.
18. Da medida cautelar-fiscal em prol da Fazenda Pública: requisitos legais e aplicabilidade.

BIBLIOGRAFIA

Básica

AVILA, Rene Bergmann; PAULSEN, Leandro; SLIWKA, Ingrid S. **Direito Processual Tributário** – Processo Administrativo Fiscal e Execução Fiscal. 8ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

BOTALLO, Eduardo Domingos. **Curso de Processo Administrativo Tributário**. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

CAIS, Cleide Previtalli. **O processo tributário**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Complementar

ARRUDA, Andrey Stephano Silva de Arruda. **A quebra do sigilo bancário pela autoridade administrativa tributária e a sua possível constitucionalidade**. 1 ed. Recife: Nossa Livraria, 2011.

MAZZA, Alexandre. SABBAG, Eduardo de Moraes. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. **Prática Tributária para o Exame da OAB**. 3.ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SABBAG, Eduardo. **Prática tributária**. 7ª ed. São Paulo: Método, 2015.

TORRES, Heleno Taveira; QUEIROZ, Mary Elbe e FEITOSA, Raymundo Juliano (coord.). **Direito Tributário e Processo Administrativo Aplicados**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.